

A Disciplina Libras no Ensino Superior a Partir de Produções Acadêmicas no Brasil

Libras Discipline in Higher Education from Academic Productions in Brazil

Maria Almerinda de Souza Matos^{*a}; Iranvith Cavalcante Scantbelruy^b

^aUniversidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. AM, Brasil.

^bUniversidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. AM, Brasil. AM, Brasil

*E-mail: profalmerinda@hotmail.com

Resumo

A década de 2000 foi marcada por políticas públicas de reconhecimento da língua falada pelas comunidades surdas brasileiras, a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Por meio dessas comunidades, a Libras foi instituída como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores do Brasil, o que fez surgir uma nova área de investigação científica. A pesquisa se sustentou nos seguintes objetivos: buscar as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação que versam sobre a disciplina Libras no Ensino Superior no período de 2002 a 2018; sistematizar e categorizar, a partir da leitura dos títulos e resumos das teses e dissertações, as pesquisas sobre a disciplina Libras no Ensino Superior dos programas de pós-graduação do Brasil. Nesse contexto, a presente pesquisa realizou um levantamento das teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para a composição de um estudo sobre a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Ensino Superior do Brasil. Constituiu-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica que adotou, como procedimento metodológico, o Estado da Arte. Foram encontradas vinte e nove pesquisas, escritas entre 2009 e 2018. O corpus foi organizado nas seguintes categorias: modalidades das pesquisas; pesquisas realizadas por ano; pesquisas acadêmicas por universidades; áreas das pesquisas; temáticas das pesquisas; tipo das pesquisas; e, teóricos relacionados à disciplina Libras. Observou-se que há muito a ser investigado como, por exemplo, seu enfoque enquanto política educacional, que conforme a pesquisa realizada, não foi identificado em nenhum trabalho dessa natureza.

Palavras-chave: Disciplina Libras. Ensino Superior. Estado da Arte.

Abstract:

The 2000s were marked by public policies to recognize the language spoken by Brazilian deaf communities, the Brazilian Sign Language - Libras. Through them, Libras was instituted as a mandatory subject in teacher training courses in Brazil, which gave rise to a new area of scientific research. The research was based on the following objectives: to search for the theses and dissertations produced in the graduate programs that deal with the Libras discipline in Higher Education from 2009 to 2018; to systematize and categorize, based on the reading of the titles and abstracts of theses and dissertations, research on the Libras discipline in Higher Education in graduate programs in Brazil. In this context, the present work carried out a survey of theses and dissertations at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) for the composition of a study on the discipline Brazilian Sign Language (Libras) in Higher Education in Brazil. It is, therefore, a bibliographic research that adopted, as a methodological procedure, the State of the Art. Twenty-nine surveys were found, written in the proposed period. The corpus was organized into the following categories: research modalities; surveys carried out per year; academic research by universities; research areas; research themes; type of surveys; and, theorists related to the Libras discipline. It was observed that there is much to be investigated, such as its focus as an educational policy, which according to the research carried out, no work of this nature was identified.

Keywords: Libras Discipline. University Education. State of the Art.

1 Introdução

Este artigo se constitui de uma pesquisa bibliográfica de cunho quantitativo-descritivo, que adotou, como procedimento metodológico, o Estado da Arte. O trabalho se sustentou no objetivo geral de realizar um levantamento das teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD¹ para a composição de um estudo sobre a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Ensino Superior do Brasil, ancorado na seguinte questão norteadora: como a disciplina Libras do Ensino Superior é discutida nas

teses e dissertações dos programas de pós-graduações do Brasil?

Para atender à proposição em evidência, dois objetivos específicos nortearam este trabalho: buscar as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação que versam sobre a disciplina Libras no Ensino Superior no período de 2002 a 2018; sistematizar e categorizar, a partir da leitura dos títulos e resumos das teses e dissertações, as pesquisas sobre a disciplina Libras no Ensino Superior dos programas de pós-graduação do Brasil.

O Estado da Arte é uma técnica de revisão bibliográfica que

¹ Disponível em: bdtd.ibict.br

possibilita ao investigador a sistematização, o mapeamento e a discussão de uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, evidenciando quais aspectos e dimensões da área do conhecimento vêm sendo destacadas ou privilegiadas.

Costuma-se obter os caminhos da pesquisa, as tendências teórico-metodológicas dos trabalhos analisados, uma visão geral sobre as produções da área, um diagnóstico sobre a evolução das pesquisas, suas características, foco e lacunas existentes e é nesta perspectiva que o trabalho foi desenvolvido.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Definiu-se um período de 10 anos para a coleta de dados. O período foi demarcado no extrato final em que se teriam disponíveis as informações da Biblioteca, ou seja, 2018, e foram retrocedidos 10 anos, até o ano de 2009. *A priori*, era objetivo desta pesquisa iniciar a busca no ano de 2002, que é marcado pela promulgação da Lei n.º 10.436, publicada em 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), na qual consta a possibilidade de Libras se tornar disciplina curricular nos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos, contudo, as produções acadêmicas com a temática só começaram a ser depositadas na BDTD no ano de 2009.

O acesso ocorreu no mês de agosto de 2019. Para a padronização e organização da busca foram utilizados os seguintes descritores: Libras, Disciplina e Ensino Superior/ Universidade, depositadas no período de 2009 a 2018, com os operadores booleanos: “AND”, “OR” e “-” (hífen).

O corpus da pesquisa foi organizado e definido da seguinte forma: modalidades das pesquisas; pesquisas realizadas por ano; pesquisas acadêmicas por universidades; áreas das pesquisas; temáticas das pesquisas; tipo das pesquisas, e; teóricos relacionados à disciplina Libras.

Os dados foram apresentados na forma de quadros e gráficos, por considerar que as informações nesses contidos firmam a proposta de análise de cunho quantitativo-descritiva.

Os resultados foram organizados em três subseções, a saber: recorte político-histórico da regulamentação da Língua Brasileira de Sinais - Libras; detalhando as Teses e as Dissertações, e; dialogando com as Teses e Dissertações, seguidas das Considerações Finais.

2.2 Recorte Político-Histórico da Regulamentação da Língua Brasileira de Sinais - Libras

A luta pelos direitos sociais das pessoas surdas, principalmente, no que tange ao reconhecimento de sua língua, ganhou força na década de 1980, com a criação da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (Feneis) no ano de 1987, na cidade do Rio de Janeiro.

Ramos (2004) afirma que a Feneis é uma instituição não governamental, filantrópica e sem fins lucrativos, que nasceu com um caráter estritamente político. No Relatório Anual

de 1987, da Feneis, é possível comprovar essa afirmação da autora, nas palavras da então presidente Ana Regina e Souza Campello, na apresentação desse documento: “Já é hora de levantar os braços para a nova soberania dos surdos brasileiros e em prol da conquista de um espaço nas leis brasileiras” (FENEIS, 1987, p.1). A mesma presidente, na apresentação do Relatório Anual de 1988, deixa claro que a bandeira de luta da Feneis é com relação à comunicação, a língua de seu povo:

Consideramos da maior importância as colaborações que recebemos e queremos continuar recebendo das pessoas que ouvem. Mas consideramos que temos que assumir a liderança de nossos problemas de forma direta e decisiva à respeito das dificuldades que possam existir relacionadas a comunicação (FENEIS, 1988, p.1).

Quatro anos depois, em 1991, a comunidade surda teve a sua primeira vitória, não foi em cenário nacional, mas no Estado de Minas Gerais. Azeredo disse que “a primeira lei promulgada no Brasil referente ao direito de acesso a Libras foi em Minas Gerais e serviu de exemplo para todo o Brasil” (2006, p.12). A lei em questão é a n.º 10.379 de 10 de janeiro de 1991, que reconheceu, oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Para esta pesquisa, é importante observar dois excertos dessa lei. O iniciante é o artigo primeiro:

Art. 1.º Fica reconhecida oficialmente, pelo Estado de Minas Gerais, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente (MINAS GERAIS, 1991).

Observa-se que a lei chama de linguagem gestual codificada a Libras, essa não é reconhecida como língua, e sim como linguagem. Salienta-se que essa lei foi alterada em 01 de agosto 2013, através da lei estadual n.º 20.828, mas o termo linguagem continuou o mesmo.

Gesser (2009) argumenta que ao tratar Libras como uma linguagem se tira o status linguístico que foi conferido às línguas de sinais, na década de 1960. Diz, ainda, que é preciso repetir inúmeras vezes que Libras é língua

para que a constituição social dessa língua minoritária ocorra, ou seja, para chegarmos à legitimação e ao reconhecimento, por parte da sociedade como um todo, de que língua de sinais é língua (GESSE, 2009, p.9).

O segundo excerto é o artigo terceiro dessa lei, que diz:

Art. 3.º Fica a Libras incluída no currículo da rede pública estadual de ensino, estendendo-se aos cursos de magistério e formação superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais e às instituições que atendem ao aluno com deficiência auditiva (MINAS GERAIS, 1991).

Em Minas Gerais, desde ano de 1991, por conta da lei em questão, Libras se constituiu como disciplina curricular obrigatória na Educação Básica, de responsabilidade do governo estadual, bem como nos cursos superiores das áreas de Ciências Humanas, Médicas e Educacionais. Tem mais,

outras áreas de formação superior com aluno surdo (com deficiência auditiva), em seu quadro, são obrigadas a ofertar a disciplina Libras em seu currículo.

A primeira proposta de reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, em cenário nacional, ocorreu no ano de 1996, através do projeto de Lei do Senado PLS 131, de 13 de junho de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva. Esse projeto de Lei teve dupla tramitação no Senado e uma na

Câmara dos Deputados, em um processo que durou seis anos até a sua promulgação pelo Presidente da República de então, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei n.º 10.426 em 24 de abril de 2002.

O Quadro 1 apresenta, na íntegra, os textos do Projeto de Lei do Senado n.º 131 de 1996, o texto inicial, e da Lei n.º 10.436 de 2002, o texto final, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.

Quadro 1 - Comparativo PLS 131 X Lei 10.436

PLS 131 – 13/06/1996	LEI N.º 10.436 – 24/04/2002
<p>Art. .1º Fica reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único - Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais um meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil. É a forma de expressão do surdo e sua língua natural.</p> <p>Art. 2.º A Língua Brasileira de Sinais deverá ser usada, obrigatoriamente, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente das comunidades surdas do Brasil.</p> <p>Art. 3º A administração pública, direta e indireta, assegurará o atendimento aos surdos, na Língua Brasileira de Sinais, em repartições públicas federal, estadual e municipal, bem como em estabelecimentos bancários, jurídicos e hospitalares, pelos profissionais intérpretes da Língua de Sinais.</p> <p>Art. 4º Será incluída nos currículos dos cursos de formação das áreas de educação especial, fonoaudiologia e magistério, a Língua Brasileira de Sinais como disciplina optativa para o aluno e obrigatória para a instituição educativa.</p>	<p>Art. 1.º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.</p> <p>Art. 2.º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.</p> <p>Art. 3.º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.</p> <p>Art. 4.º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.</p> <p>Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.</p> <p>Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Fonte: dados da pesquisa.

Em atenção aos objetivos deste trabalho, faz-se mister analisar apenas os textos dos artigos primeiro e quarto.

Em seus artigos primeiro, a principal diferença, incluindo aí, os seus parágrafos únicos, é a ausência da sigla Libras no texto da PL 131. Rodrigues (2015) afirma que foi enviado pela Feneis, no ano de 1993, à Senadora Benedita da Silva um texto para subsidiar a organização do Projeto de Lei, chamado: “As comunidades Surdas reivindicam seus direitos linguísticos”, de autoria de Tanya Amara Felipe. O documento deixa claro que o termo Libras já era usado à época pela comunidade surda, inclusive, salienta, que essa língua era também conhecida por LSCB (Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros) pelos linguistas, mas que eles pediam que sua escolha prevalecesse.

Nós, da comunidade surda, sabemos que existem duas denominações para a nossa Língua de Sinais, uma utilizada pelos linguistas, a LSBC – Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiro – outra, utilizada por nós, a Libras – Língua Brasileira de Sinais. Queremos que prevaleça o nome que escolhemos porque representa nossos direitos e conquistas (FELIPE, 1993, p.2).

O artigo quarto do Projeto de Lei trata da inclusão da Libras como disciplina curricular. Afirma-se que essa será

incluída nos cursos da área de Educação e nos cursos de formação de fonoaudiólogo, deixando claro, também, que será uma disciplina optativa para o discente, no entanto, todas as instituições de ensino devem oferecê-la. Na Lei, o mesmo artigo nada fala sobre obrigatoriedade ou eletividade, apenas garante o ensino de Libras nos mesmos cursos elencados pelo PL 131, omite-se esse elemento e se acrescenta que Libras será parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Lei que passou a vigorar não deixou clareza sobre como seria a implantação dessa disciplina, qual o tempo que teriam para efetivá-la e nem como seria a formação dos professores para ministrar essa disciplina, todas as explicações e dúvidas ficariam para o decreto que detalhou essa lei.

O decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é o documento que regulamentou a Lei n.º 10.426 em 24 de abril de 2002, nesse há dois capítulos que regulamentam a disciplina Libras no Ensino Superior.

O capítulo II, chamado “Da Inclusão da Libras como Disciplina curricular”, diz, no artigo terceiro, que a Libras será incluída como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Licenciatura (nível médio e superior) e nos cursos de formação de fonoaudiólogos. O parágrafo primeiro

esclarece o que é e quais são os cursos de formação de professores.

Já o parágrafo segundo estabelece que Libras será disciplina curricular optativa nos demais cursos superiores, incluso os de formação profissional, a partir de 1 (um) ano da publicação do decreto, ou seja, a partir de dezembro de 2006, o que na prática se configura no início do ano letivo de 2007.

O capítulo III, intitulado de “da Formação do Professor de Libras e do Instrutor de Libras” é composto por 10 artigos, que tratam da formação do professor de Libras para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental; do professor de Libras para a segunda etapa do Fundamental e Médio; do instrutor de Libras em nível médio; da atuação provisória a partir de exame de proficiência, e; prazos para as instituições de ensino para implementarem a disciplina Libras.

O artigo quarto diz que quem está habilitado para lecionar a disciplina Libras, nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, é o sujeito que tem licenciatura plena em Letras: Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua e salienta, ainda, que as pessoas surdas terão prioridades nesses cursos.

O artigo quinto revela que quem está preparado para ensinar a disciplina Libras para a Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental é o Pedagogo ou Normalista Superior Bilíngue Libras / Língua Portuguesa. Também prioriza as pessoas surdas nesses cursos de formação.

Em relação à formação do instrutor de Libras, o artigo sexto aponta que as pessoas surdas também têm prioridades nesses cursos, visto que a formação ocorrerá a partir de cursos médio e técnicos, de cursos de extensão ou cursos de formação continuada.

O Decreto admite exceção temporária ao magistério da disciplina Libras por pessoas que têm graduação diversa das expostas nos artigos quarto e quinto. O artigo sétimo expõe que, antes de haver profissionais formados nessas áreas, aceita-se professor de Libras com formação superior e curso de pós-graduação na área ou exame de proficiência promovido pelo Ministério da Educação. Admite-se, também, instrutor de Libras com nível médio e exame de proficiência promovido pelo Ministério da Educação.

O parágrafo segundo do artigo sétimo diz que, no prazo de um ano, as instituições de ensino de nível básico e superior já devem contar com professores de Libras em seu quadro funcional. É importante destacar que essa excepcionalidade para contratação de professores de Libras deverá acontecer apenas no prazo de um ano.

Também é relevante exaltar a existência do exame de proficiência em Libras, garantido no artigo oitavo, denominado de Prolibras, que aconteceu durante dez anos após a promulgação da Lei e que objetivou avaliar a fluência no uso, no conhecimento e na competência para o ensino dessa língua.

O artigo nono estabelece os prazos para as instituições

de ensino implantarem a disciplina Libras, em um período de dez anos, indo de 30% em três anos até 100% em 10 anos. Estabelece que essas instituições devem começar pelos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras e ampliar, até o prazo final, para as outras licenciaturas.

Destaca-se, ainda, a obrigatoriedade de Libras estar relacionada com a pesquisa e a extensão, dentro das Instituições de Ensino Superior – IES –, em conformidade com o artigo décimo. Enquanto que, o décimo primeiro orienta que o Ministério da Educação promoverá a criação de cursos de licenciaturas específicos para a preparação de docentes nessa área.

Já o décimo segundo advoga sobre a necessidade de se criar cursos de pós-graduação para os professores de Ensino de Libras e sua interpretação. O décimo terceiro fala da necessidade de uma segunda disciplina, a chamada Ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para Surdos e que esta deverá ser obrigatória nos cursos de Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Fonoaudiologia.

Este recorte político-histórico da regulamentação da Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua das Pessoas Surdas no Brasil e, consecutivamente, a implantação dessa, como disciplina curricular no Ensino Superior, é importante para se entender a importância de pesquisas desta natureza, bem como fornecer subsídios para analisar as produções ocorridas em âmbito de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) ocorridas no Brasil no período de 2009 a 2018, a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

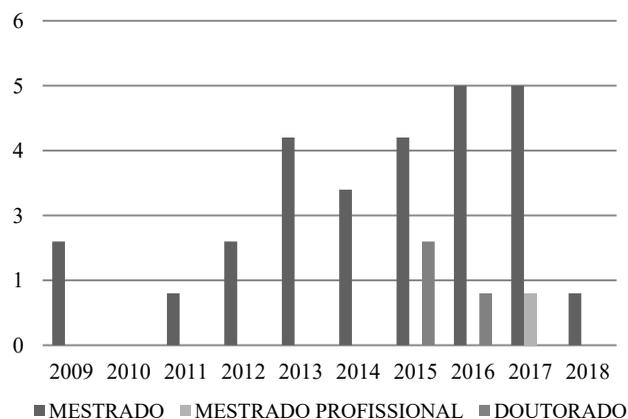
2.3 Detalhando as Teses e as Dissertações

Com base no levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foi possível verificar que as produções, de acordo com os descritores: Libras, Disciplina e Ensino Superior/Universidade, só tiveram início no ano de 2009, sete anos após a Lei n.º 10.456 e quatro anos após a regulamentação dessa Lei, a partir do Decreto n.º 5.626 no ano de 2005. É importante destacar que no ano de 2010 não consta nenhuma ocorrência na referida biblioteca.

No período definido para esta pesquisa – 2009 a 2018 – foram identificadas 29 produções que estão divididas em mestrado, mestrado profissional e doutorado.

No gráfico da Figura 1 se apresenta a modalidade das pesquisas quanto à classificação em Mestrado (Acadêmico e Profissional) e Doutorado e a respectiva oscilação e o decréscimo no período de 2009 a 2018:

Figura 1 – Modalidades das Pesquisas de 2009 a 2018



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico da Figura 1 demonstra oscilações nas pesquisas de mestrado, mostrando que não há um crescimento contínuo. O período de maior crescimento, ficando entre três a cinco defesas de dissertações por ano, aconteceu entre os anos de 2013 a 2017. O último ano, 2018, comprova a tese de oscilação, apresentando apenas uma ocorrência. O número de pesquisas de doutorado é pequena, concentrando-se nos anos de 2015 e 2016, apresentando, inclusive, decréscimo no período. Quanto ao mestrado profissional, houve apenas uma ocorrência no ano de 2017.

No Quadro 2 se detalha o quantitativo de trabalhos concluídos em ordem crescente no tocante ao ano, além de

especificar a modalidade:

Quadro 2 – Pesquisas por Ano

Ano	Mestrado	Mestrado Profissional	Doutorado	Totais por Ano
2009	2	-	-	2
2010	-	-	-	-
2011	1	-	-	1
2012	2	-	-	2
2013	4	-	-	4
2014	3	-	-	3
2015	4	-	2	6
2016	3	-	1	4
2017	5	1	-	6
2018	1	-	-	1
Total Geral	25	1	3	29

Fonte: dados da pesquisa.

No Quadro 2, o quantitativo de trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* que discutem a disciplina Libras no Ensino Superior são enumerados, expondo com maior clareza sua oscilação e baixo número de produção. No período analisado foram localizadas 26 pesquisas de mestrado, sendo uma profissional e apenas três teses de doutorado, perfazendo o total de 29 produções.

No Quadro 3 são identificadas as produções localizadas por Instituição de Ensino Superior e o seu quantitativo por ano:

Quadro 3 – Pesquisas Acadêmicas por Instituição de Ensino Superior

Universidades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Totais de Produções
Universidade Federal de Sergipe	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Universidade Federal de Goiás	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2
Instituto Federal do Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Universidade Federal da Bahia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Universidade Federal de São Carlos	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Universidade Tuiuti do Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Universidade do Vale do Taquari	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Universidade do Extremo Sul Catarinense	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Universidade Estadual Paulista	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	3
Universidade Federal do Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Universidade Estadual de Londrina	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Universidade Federal de Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Universidade Católica de Pernambuco	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Universidade Presbiteriana Mackenzie	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Universidade Federal de Minas Gerais	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Universidade de São Paulo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Universidade Estadual de Campinas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: dados da pesquisa.

A Universidade Estadual Paulista concentra o maior número de pesquisas defendidas no período investigado, em um total de três pesquisas. As Universidades Federal de Goiás, de São Carlos e Presbiteriana Mackenzie concentram duas defesas. Entre as quatro universidades destacadas se têm três no Estado de São Paulo e uma no Estado de Goiás, todas na região Sudeste. As outras dezesseis universidades têm apenas um trabalho defendido no período de dez anos.

As produções por Instituição e sua localização geográfica se organizam em: duas produções na região Norte, no Estado do Amazonas; três trabalhos na região Nordeste, nos Estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe; uma defesa na região Centro-Oeste, em Goiás; sete produções na região Sudeste,

sendo seis em São Paulo e uma em Minas Gerais, e; cinco trabalhos na Região Sul, sendo três no Paraná, uma em Santa Catarina e uma no Rio Grande do Sul.

Foram localizadas 20 diversas Instituições de Ensino Superior, que publicaram trabalhos com a temática em questão, o maior destaque diz respeito ao tipo dessas instituições, demonstrando equilíbrio de publicações entre essas: oito são Instituições Federais, sendo sete Universidades e um Instituto; seis Universidades Estaduais, e; seis Universidade Privadas.

O Quadro 4 tem por finalidade apresentar as áreas de concentração das pesquisas, seu quantitativo e seu respectivo ano de publicação:

Quadro 4 - Área das Pesquisas por Ano

Universidades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Totais de Produções
Educação	1	-	-	1	1	1	3	2	3	-	12
Linguística Aplicada	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Ensino Tecnológico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Educação Especial	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Distúrbio da Comunicação	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Artes Cênicas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Psicologia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Educação nas Ciências	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Letras	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Educação em Ciências e Matemática	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ciências da Linguagem	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Educação, Arte e Hist. da Cultura	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Estudos Culturais	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Linguística	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange às áreas de concentração das produções, respeitou-se a denominação presente nos trabalhos, até porque se trata do nome do Programa de Pós-Graduação, no qual esses trabalhos foram desenvolvidos, dessa forma, não foram realizados agrupamentos.

Em relação a este aspecto, foram encontrados 15 áreas de concentração, sendo a área de Educação a que apresentou maior número de produções, 12 do total dos 29 trabalhos defendidos no período investigado. Ao se somar a grande área

de educação, que corresponde a cinco programas (Educação, Educação Especial, Educação nas Ciências, Educação em Ciências e Matemática e Educação, Arte e História da Cultura) se têm 17 trabalhos defendidos, o que corresponde a mais da metade das produções. Outro destaque foram as áreas de Distúrbio da Comunicação e Linguística Aplicada que tiveram dois trabalhos apresentados, cada um. .

O Quadro 5 se caracteriza em apresentar as temáticas escolhidas e quantitativo em cada ano:

Quadro 5 – Temáticas Escolhidas e Quantidade por Ano

Temática	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Totais de Produções
Implantação da Disciplina Libras	-	-	-	-	1	1	3	1	-	-	6
Professor de Libras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2
Disciplina Libras na Formação de Professores	-	-	-	1	-	-	-	1	3	-	5
Prioridade do Surdo na Disciplina Libras	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Temática	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Totais de Produções
Discente da Disciplina Libras	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	3
Disciplina Libras EAD	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ensino de Libras	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3
Uso de Avea na Disciplina Libras	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Impacto da Obrigatoriedade da Disciplina Libras	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Disciplinarização da Libras	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Ementas de Libras e Português L2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Avaliação em Vídeo de Libras	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Cultura Surda na Disciplina Libras	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Oficialização da Libras	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: dados da pesquisa.

Outra consideração desta pesquisa diz respeito à escolha dos temas das produções. A definição das temáticas resultaram da leitura dos objetivos descritos pelos autores nos resumos presentes nos trabalhos. Ao longo do período observado se destacou a consolidação de quatorze temáticas (Quadro 5). Ressalta-se, com isso, que não foram propostos temas *a priori*, respeitando-se os descritos pelos autores, trazendo maior fidedignidade.

A temática “Implantação da Disciplina Libras” está presente em seis pesquisas, perfazendo um total de um pouco mais de 20% dos trabalhos defendidos. Outro destaque está na temática “Disciplina Libras na Formação de professores” com cinco ocorrências, representando 14,5% das pesquisas concluídas no período de análise.

O Quadro 6 se configura em demonstrar os tipos de pesquisa e a quantidade encontrada em cada ano:

Quadro 6 - Tipos de Pesquisas por Ano e Quantidade

Tipos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Estudo de Caso	-	-	-	-	-	-	2	2	2	-	6
Análise do Discurso	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Exploratória	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2
Qualitativa	-	-	-	-	3	2	1	-	1	-	7
Pesquisa Mista	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Cartográfica	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Análise de Atitude	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Estudos Foucaultianos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Hermenêutico Dialético	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Sem Informação	2	-	-	1	-	1	-	1	1	-	6

Fonte: dados da pesquisa.

Foram considerados tipos de pesquisa os processos discursivos, as metodologias, os métodos, as técnicas de coletas e análise de dados, ressaltando-se ainda que nos trabalhos investigados não havia clareza ou diferença entre esses em destaque.

Sobre os processos discursivos da pesquisa, Brito (2016) e Bruyne, Herman e Schoutheete (1995) afirmam que são o suporte do pesquisador na apreensão, interpretação e compreensão do problema, objeto de estudo. Os principais são a fenomenologia, a hermenêutica dialética e a dialógica. Pode-se observar, no Quadro 5, que há uma ocorrência de processo combinado, o hermenêutico-dialético.

Sobre metodologia da pesquisa, Michel (2009) relata que essa é dividida em tipo, quanto ao meio e quanto ao fim. Quanto ao tipo essa pode ser qualitativa, quantitativa e mista

ou qualiquanti. Observa-se no Quadro 5 que há presença de pesquisa qualitativa, sete casos e uma ocorrência de caso misto. Quanto aos meios, a mesma autora diz que essa pode ser exploratória, teórica, prática ou experimental, de campo, empírica ou pesquisa-ação. Identificou-se entre as pesquisas investigadas a presença de um episódio de metodologia exploratória. Quanto ao fim, essa pode ser básica, aplicada, de inovação ou descritiva. Não há presença de metodologia quanto ao fim no rol em destaque.

Quanto ao método de pesquisa, Michel (2009) relata que esse é um conjunto de procedimentos que direciona a investigação; portanto, uma ferramenta de trabalho. A autora destaca vários métodos de pesquisa, contudo entre as produções investigadas se observam seis trabalhos que usam o método de estudo de caso.

Quanto às técnicas de coleta de análise de dados, Michel (2009) e Richardson (2017) demonstram que são formas ou instrumentos para coletar dados e informações, visando análise e explicação de aspectos teóricos estudados. Entre essas foram identificados dois casos de análise do discurso e um de análise de atitude.

Diante de um corpus de vinte e nove resumos de pesquisa, foram localizados nove diferentes tipologias, sendo a de maior ocorrência a pesquisa qualitativa com sete trabalhos, seguido de estudo de caso, com seis produções. É importante destacar que em seis trabalhos não havia nenhuma informação quanto ao tipo de pesquisa.

Na última categoria, referenciais teóricos, foi definido que só seriam considerados autores com produções na área da Língua Brasileira de Sinais. Objetivava-se organizar esses dados na forma de Quadro, assim como foram organizadas as categorias anteriores, contudo somente em quatro trabalhos, do total, havia indicações tácitas em seus resumos de autores de base da área investigada

A autora mais citada em três dos quatro trabalhos foi Ronice Quadros, seguida de Carlos Skliar e Audrei Gesser em duas ocorrências. Neiva Aquino, Fernando Capovilla, Gladis Perlin, Maura Lopes e Karin Strobel foram mencionadas apenas uma vez. Apenas oito pesquisadores foram mencionados como referencial teórico nesses trabalhos, demonstrando pobreza na organização dos resumos investigados.

2.4 Dialogando com as Teses e Dissertações

O estudo demonstra que a temática disciplina Libras no Ensino Superior, embora estabelecida em Lei e obrigatória nas licenciaturas e na formação do fonoaudiólogo, a partir do ano de 2002, ainda é tímida, e a variedade de temas e subtemas é pequena.

Em relação às dificuldades encontradas para a realização deste trabalhos, essas são de duas naturezas: quanto à base de dados que hospeda as produções analisadas e quanto aos resumos presente nessas produções, alvo principal de investigação.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, mais conhecida por sua sigla BDTD, é uma biblioteca digital que hospeda as produções científicas produzidas por universidade brasileira em âmbito de mestrado e doutorado. Para realizar uma busca eficaz há regras que deveriam facilitar e otimizar os resultados, as duas principais são usar descritores claros e operadores booleanos, o que foi feito para a coleta do corpus deste trabalho.

Contudo, o resultado da busca apresentou 309 ocorrências, sendo que apenas 29 dessas tinham relação com os objetivos da pesquisa lançados a partir das palavras-chave. Nos 280 trabalhos excluídos foram encontrados alguns desses repetidos, que não tinham relação com o Ensino Superior ou com a disciplina Libras. Mais de 100 desses eram de áreas diversas, sem relação nenhuma com os descritores lançados, como medicina, economia, engenharia e ciências naturais.

Sobre as produções selecionadas foram lidos seus resumos para extrair os elementos que seriam analisados, e foram encontradas diversas limitações quanto à estrutura.

No Brasil, há uma norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a confecção de resumos científicos, a NBR6028 (2003). Essa norma dispõe que a sua extensão em dissertação e teses deve ser de 150 a 500 palavras; entretanto, foram encontrados trabalhos com menos de 100 palavras e outros com mais de 500 palavras. A norma explicita também sobre os elementos obrigatórios presentes, sendo esses: objetivo, método, resultados e conclusões.

Quanto ao método, seis desses não apresentavam nenhuma referência ao tipo e procedimentos de pesquisa. É categoria de análise desta pesquisa, os referenciais teóricos presentes nos resumos, somente em quatro desses constavam indicações de autores que serviram de base para seus trabalhos, fato este que prejudicou os resultados. Sobre essa questão, não há indicação, obrigatoriedade de constarem referenciais teóricos nos resumos de acordo com a norma em vigor, porém autores como Barbalho, Vale e Marques (2017) argumentam sobre a relevância de se constar as referências usadas nos resumos das pesquisas, pois essas auxiliam os leitores no aprofundamento dos conteúdos abordados.

Em relação às análises das categorias propostas, considera-se que o volume relativo às pesquisas de mestrado, mestrado profissional e doutorado apresentado foi pequeno, 25 de mestrado, um de mestrado profissional e três de doutorado. Destaca-se o fato de que somente sete anos após da promulgação da Lei de Libras, em 2009, houve o primeiro trabalho sobre disciplina Libras no Ensino Superior, demonstrando que há muito caminho a ser trilhado em pesquisas nesta área, principalmente, em âmbito de doutorado.

Quanto ao grande números de universidades pesquisando a temática, 20 em 29 trabalhos, comprovam que não há ainda um centro de referência de pesquisa sobre a disciplina Libras no Brasil. A maior incidência de trabalhos foi da Universidade Estadual Paulista, com três defesas. Observa-se também grande descentralização pelo Brasil, tendo a região Sudeste o maior quantitativo de Instituições. Observa-se também que há trabalhos concluídos em universidades privadas. Os programas de pós-graduação, no qual esses trabalhos foram desenvolvidos, também foram diversos, 15 ao total; no entanto, a grande maioria concentrada nas áreas de educação, ensino e linguística.

Entre as pesquisas investigadas, constata-se prevalência para dois temas, implantação da disciplina Libras e a disciplina Libras na formação de professores. No que se refere ao tipo de pesquisa, há uma forte presença de trabalhos que não determinam essa categoria. Entre os que realizam essa descrição setem a pesquisa qualitativa e o estudo de caso. Quanto aos autores da área de Libras, somente em quatro trabalhos eles constavam e Ronice Quadros é o destaque em três desses.

3 Conclusão

A pesquisa em questão permitiu conhecer a evolução das produções referentes à disciplina Libras no Ensino Superior nos últimos dez anos. O histórico apresentado sobre o que impulsionou a sua criação mostrou que foi a luta pelo reconhecimento da língua falada pela comunidade de pessoas surdas no Brasil, chamada de Língua Brasileira de Sinais – Libras, desde a década de 1990 e o culminar pela Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002 ao estabelecer, em seu artigo quarto, a garantia de seu ensino nos cursos de formação de professores nos níveis médio e superior, bem como nos cursos de formação de fonoaudiólogos.

Todavia, como essa Lei necessitava de regulamentação, nada foi feito nesse período, somente após a promulgação do Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que confirmou, em seu artigo terceiro, a obrigatoriedade da criação da disciplina Libras que passaria a ser ofertada em todos os cursos médios e superiores de formação de professores e fonoaudiólogos e eletiva nos demais cursos superiores e profissionais.

A primeira pesquisa sobre a disciplina Libras no Ensino Superior aconteceu somente no ano de 2009, quatro anos após a regulamentação e obrigatoriedade da disciplina, e essa versava sobre a oficialização da Libras e o impacto na formação de professores. Após este trabalho, outros foram surgindo de forma bem lenta, tendo o seu crescimento maior entre os anos de 2013 a 2017.

Diante desse fato, observa-se o quanto ainda há a ser feito, estudado e investigado sobre esta temática como, por exemplo, seu enfoque enquanto política educacional, que conforme os resumos analisados, não foi identificado nenhum trabalho dessa natureza.

Como esses trabalhos são públicos, disponibilizados na rede mundial de computadores, via diversas bibliotecas, como por exemplo, as das universidades, da Capes e da BDTD, é mister que os pesquisadores, orientadores e os coordenadores dos programas de Pós-graduação observem as qualidades dos resumos nesses inseridos. É fundamental que os resumos obedeçam às normas para sua confecção presente na NBR 6028 (2003) para que outros pesquisadores conheçam as produções e encontrem interlocuções para suas investigações.

Agradecimentos

As agências de fomento, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM).

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *ANBR 6028*: informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- AZEVEDO, E. *Língua Brasileira de Sinais: uma conquista histórica*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- BARBALHO, C.R.S.; VALE, M.M.; MARQUEZ, S.O.M. *Metodologia do trabalho científico*: normas para a construção de trabalhos acadêmicos. Manaus: EDUA, 2017.
- BRASIL. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.
- BRASIL. *Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2005.
- BRASIL. *Projeto de Lei n.º 131 de 13 de junho de 1996*. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Senadora Benedita da Silva. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRITO, R. *Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento*. Manaus: EDUA, 2016.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- FELIPE, T.A. *As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos*. Rio de Janeiro: FENEIS, 1993.
- FENEIS. *Relatório Anual 1987*. Rio de Janeiro: Feneis, 1987.
- FENEIS. *Relatório Anual 1988*. Rio de Janeiro: Feneis, 1988.
- GESSER, A. *Libras?: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.
- MICHEL, M.H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MINAS GERAIS. *Lei n.º 10.379 de 10 de janeiro de 1991*. Reconhece oficialmente, no estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras. Belo Horizonte, 1991.
- RAMOS, R.C. *Histórico da Feneis até o ano de 1988*. Petrópolis: Arara Azul, 2004.
- RODRIGUES, J.T.D. *A emergência da disciplinarização da Libras em tempos de inclusão*. Ijuí: UNIJUÍ, 2015.
- RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2017.